



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 407, DE 2020

(Do Sr. Léo Moraes)

Extingue a ajuda de custo devida aos membros do Congresso Nacional, no início e no final do mandato, destinada a compensar as despesas com mudança e transporte.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PDC-1103/2018.

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedado o pagamento de ajuda de custo, de qualquer valor, aos membros do Congresso Nacional, no início e no final do mandato, destinada a compensar as despesas com mudança e transporte.

Art. 2º Revogam-se os §§ 1º e 2º do artigo 1º do Decreto Legislativo nº 276, de 2014.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira passa por uma grave crise econômica e financeira, em que o número de desempregados aumenta dia após dia e em que as despesas do Estado aumentam em ritmo acelerado. A pandemia da Covid-19 e a emergência sanitária dela decorrente só pioraram ainda mais a situação.

Esse quadro de flagelo para milhões de brasileiros faz com que sejam gritantes as distorções que há em nossas normas como, por exemplo, a existência de ajuda de custo devida aos membros do Congresso Nacional para compensar as despesas com mudança e transporte no início e no final do mandato.

Não bastasse o fato de sua existência ser questionável, o valor dessa ajuda de custo é, no mínimo, extravagante: equivalente ao subsídio dos parlamentares, atualmente de R\$ 33.763,00. Além disso, por ter caráter indenizatório, esse valor é livre de qualquer tributação.

Considerando-se que há 594 parlamentares nas duas Casas do Congresso, a extinção da ajuda de custo prevista no Decreto Legislativo nº 276, de 2014, resultará em uma economia média de R\$ 37,5 milhões por legislatura, sem contar o valor pago em razão dos eventuais mandatos dos suplentes.

Mais do que uma medida fiscal, a aprovação deste projeto de decreto legislativo é uma medida que atende ao princípio da moralidade, ao qual deve reger toda a Administração Pública.

Ciente da importância dessa medida para reduzirmos as distorções da nossa legislação e pormos fim a esse privilégio, que tanto mal faz à imagem do Congresso Nacional, pedimos apoio aos nobres pares para que se aprove este projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2020.

Deputado LÉO MORAES

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2014

Fixa o subsídio para os membros do Congresso Nacional, revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O subsídio mensal dos membros do Congresso Nacional, referido no inciso VII do art. 49 da Constituição Federal, é fixado em R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais).

§ 1º É devida aos membros do Congresso Nacional, no início e no final do mandato, ajuda de custo equivalente ao valor do subsídio, destinada a compensar as despesas com mudança e transporte.

§ 2º A ajuda de custo de que trata o § 1º não será devida ao suplente reconvocato dentro do mesmo mandato.

Art. 2º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal regularão, em conformidade com suas competências, os efeitos decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão à conta das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos públicos, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2014

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

FIM DO DOCUMENTO
